

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## FAVELA E MIGRAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE DOIS PROCESSOS NA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Camila Rodrigues Estrela<sup>1</sup>  
Henrique Mendes dos Santos<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho buscou problematizar o papel do Estado brasileiro em sua atuação junto aos grupos favelados e migrantes, tomando por base o período histórico pós-abolicionista e suas repercussões durante o período varguista, explorando-se as ações voltadas para os dois grupos referidos, em suas contradições e projetos burgueses de construção da nação. Tomar-se-á como referência, desse período, a discussão do incentivo da migração enquanto projeto de governo para o embranquecimento e ideia de desenvolvimento do país, contraposto ao tratamento junto às pessoas faveladas, da cidade do Rio de Janeiro, expulsas das fazendas e abandonadas pelo Estado. Buscaremos tratar a favela enquanto território de resistência e a migração no Brasil enquanto processo de busca por um modelo a ser alcançado.

Palavras-chaves: Favela, Migração, Racismo

### ABSTRACT

The present work sought to problematize the role of the Brazilian State in its action with favela groups and migrants, based on the post-abolitionist historical period and its repercussions during the Vargas period, exploring the actions aimed at the two groups mentioned, in their contradictions and bourgeois projects of nation building. It will be taken as a reference, from that period, the discussion of the incentive of migration as a government project for the whitening and idea of development of the country, opposed to the treatment with the slum dwellers, of the city of Rio de Janeiro, expelled from the farms and abandoned by the state. We will seek to treat the favela as a territory of resistance and migration in Brazil as a process of searching for a model to be achieved.

Keywords: Slum, Migration, Racism

<sup>1</sup> Professora auxiliar da Universidade de Vassouras; Mestre em Serviço Social; E-mail: Migracoesauderj@gmail.com

<sup>2</sup> Professor auxiliar da Universidade de Vassouras; Mestre em Serviço Social; E-mail: henriquedj@hotmail.com

APOIO



## 1. INTRODUÇÃO

A presente reflexão é produto das pesquisas que vêm sendo realizadas nos estudos de doutoramento dos autores, apresentando dados que dizem respeito aos debates construídos sobre suas respectivas pesquisas relacionadas à migração haitiana e sua relação com o racismo brasileiro, pela autora, e sobre as favelas cariocas, pelo autor.

O movimento realizado deu-se no sentido da exploração das interseções existentes entre as duas pesquisas, considerando-se a relação existente entre o conceito de favela<sup>3</sup> e seu processo histórico e a constituição do racismo brasileiro, em seu projeto de embranquecimento em busca da ideia de desenvolvimento brasileira, realizado através do incentivo à migração europeia.

Foi traçada para isso, uma construção crítica observando-se como tanto o racismo brasileiro, demonstrado pelas ações de Estado, quanto a migração, constituem processos conjuntos de construção de um projeto político, econômico e social específico, tendo sido observados as determinações do contexto histórico brasileiro e seus impactos, apontando-se suas consequências estruturais.

## 2. O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL ATRELADO AO PROJETO DE EMBRANQUECIMENTO: A RELAÇÃO ENTRE OS ESCRAVIZADOS RECÉM-LIBERTOS E A MIGRAÇÃO EUROPEIA

No continente americano, estudos demonstram que pelo menos 12 milhões de pessoas foram forçadamente transferidas da África para as Américas na condição de escravos, sendo que mais de um milhão delas morreu durante a viagem, imediatamente após a chegada (The Transatlantic Slave Trade Database e FLORENTINO, 1790-ca. 1830).

---

<sup>3</sup> Cabe destacar a reflexão de Barbosa, Silva e Simão (2020), os autores consideram que as favelas têm várias características - históricas, sociais, culturais, econômicas e demográficas - que as tornam singulares. Esta ideia é apresentada em contraponto ao denominado “paradigma da ausência”, compreendendo-as de forma reducionista, neste caso as favelas são cotidianamente analisadas através da ideia de “falta” em detrimento da compreensão de suas potencialidades.

O Brasil destaca-se nesse sentido, não somente pela quantidade de pessoas trazidas na condição de escravizadas, mas também com relação ao uso dessa força de trabalho, utilizada de forma desumana para a manutenção e desenvolvimento do mercado que se alargava entre os países.

Quijano (2005) destaca que a centralidade da América na constituição do capitalismo em sua dinâmica de mercantilização da força de trabalho, dentro do processo de expansão do continente europeu, para além de seus iniciais e conhecidos territórios, inaugura um processo de exploração pautado no domínio, na morte e na exploração dos povos e territórios desse continente, tendo sido o racismo utilizado como base ideológica de domínio e subjugação.

Marx (1846) destava a Escravidão direta como um elemento tão central na industrialização do século XIX, quanto as máquinas, o crédito etc. E aponta a escravidão nas colônias como “pivô da nossa industrialização atual”. E diz que “foi a escravidão que deu valor às colônias, foram as colônias que criaram o comércio mundial e o comércio mundial foi a condição necessária à grande indústria maquinizada”<sup>4</sup>.

No entanto, esse processo é atravessado por marcos históricos políticos e econômicos que o alteram em diferentes densidades, não se tratando, portanto, de um processo retilíneo e homogêneo. A continuidade do tráfico negreiro ganha contornos diferentes, a partir de fatos como o medo de possíveis mobilizações dos escravizados, em territórios das Américas, como dera-se na Ilha de São Domingos, em agosto de 1791 (atual Haiti) (GORENDER, 2004), bem como a pressão que o Brasil sofreu da Grã Bretanha para o fim da escravidão, o acordo para a mesma finalidade assinado por D. Pedro I. Fatos esses, somados àqueles na direção contrária ao seu fim, por conta do aumento da produção cafeeira e conseqüentemente, da necessidade da mão de obra escrava para manter a produção e o comércio do café.

No Brasil, a proibição do comércio de pessoas escravizadas teve seu primeiro marco em 1807, tendo sido proibido primeiramente pelo governo inglês e em seguida, em 1850, pela Lei Eusébio de Queirós que estabelecia medidas de repressão do tráfico negreiro.

<sup>4</sup> Carta de Marx a P. Annenkov, 18 de dezembro de 1846 (Correspondance, p. 27).\_\_\_\_\_

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nesse sentido, a assinatura da Lei Áurea (1888) passa a ser o documento do fim da escravidão, sendo considerada o marco legal desse trágico período da história brasileira. A abolição inicia no país, por sua vez, processos outros de desenvolvimento político e econômico, inaugurando o período de modernização conservadora para a economia e o início do projeto que a burguesia almejava.

A lei de 1888 expressa o desejo da elite brasileira de tornar pelas mãos do homem branco, a pessoa escravizada, *liberta*, estabelecendo dessa forma, uma nova maneira de convivência entre pessoas brancas e negras recém “libertas”, sem deixar que a relação continuasse a dar-se na mesma esfera de subalternidade e inferioridade da condição escravocrata anterior, mantida no período pós abolição, velada (ou não).

Há, finalmente, a contradição que se estabelece entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do sub-emprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão-de-obra uma economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isto mesmo necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande *franja marginal* capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa *franja* foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar (MOURA, 1984, p.133).

A constituição do momento histórico pós abolição, demanda ao sujeito negro a manutenção de sua sobrevivência, exigindo-se sua adequação às necessidades do sistema capitalista em desenvolvimento no país, tendo sido submetido para tanto, à uma nova lógica específica de organização do trabalho, além do enfrentamento da concorrência com os imigrantes europeus, cuja imigração dava-se não somente pelo incentivo à oferta de emprego e terra, oferecido pelo governo brasileiro, mas também incentivada pelo ideário de branqueamento populacional, enquanto projeto de país, a partir do final do século XIX.

A *arianização progressiva* era uma proposta de política pública que visava à redução da população negra pela miscigenação com a raça branca superior. A arianização era uma saída civilizatória para o Brasil. Na seleção natural, o negro se extingiria pela seleção social, que diz respeito à raça branca ser mais forte e mais bela, e por isso dominadora socialmente; a razão patológica, que se caracteriza pelas condições precárias de vida, que trariam maior contato com doenças; e finalmente a econômica, que, pela precariedade em que os negros viviam, levaria à menor expectativa de vida. "Reconhece que, para este efeito destruidor do *H. afer* [negros] em nosso meio, colaboram três causas: uma seleção social, uma seleção patológica e uma seleção

PROMOÇÃO



APOIO



econômica: ou, mais expressivamente: o açoitamento, o álcool e a má alimentação” (VIANA, 1956, p. 179).

Silvio Romero (1851-1914) nesse contexto, destacou-se enquanto defensor da imigração como fator constitutivo de uma “raça brasileira”, defendendo o desenvolvimento do país com supremacia branca, através da mestiçagem. A proposta da imigração europeia ganha, nesse cenário, grande vulto enquanto possibilidade de efetivação do objetivo colocado.

Dos três povos que constituíram a atual população brasileira, o que um rastro mais profundo deixou foi por certo o português; segue-se-lhe o negro e depois o indígena. À medida, porém, que a ação direta das duas últimas tende a diminuir, com a internação do 19 selvagem e a extinção do tráfico dos pretos, a influência europeia tende a crescer com a imigração e pela natural propensão para prevalecer o mais forte e o mais hábil. O mestiço é a condição para a vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habitá-lo aos rigores do clima. É em sua forma ainda grosseira uma transição necessária e útil, que caminha apara aproximar-se do tipo superior (ROMERO apud COSTA, 2006, p. 179).

O incentivo à migração europeia no início do século XIX promove, portanto, a integração de nacionalidades europeias à sociedade brasileira, acompanhado pelo oferecimento de terras, trabalho e reconhecimento. A transição do trabalho escravo para o assalariado, deu-se nesse formato, onde as pessoas recém- “libertas” eram compreendidas como indigentes e degeneradas e o projeto de desenvolvimento do país, a partir daquele momento, segundo a perspectiva abordada, somente poderia dar-se através da referida integração.

O projeto de assimilação dos imigrantes acompanhado do abandono por parte do Estado da parcela da população, recém “liberta”, configura o quadro comparativo, resultado do projeto de branqueamento brasileiro, com o foco no desenvolvimento do país<sup>5</sup>. Apagar a população africana do Brasil e acolher os imigrantes, foi a forma como foram conduzidas as ações e abandonos, no pós 1888, por parte do Estado, com grandes repercussões até os dias atuais.

Os cortiços criados nos morros, formando a primeira favela do Rio de Janeiro, no morro da Providência, por volta de 1897, na costa leste da Bahia de Guanabara,

<sup>5</sup> O estudo de Levy (1974) contabilizou até 1876, a entrada de 350.117 imigrantes vindos de Portugal e da Alemanha. Nesse período entre 1877 e 1903, contabilizou que entraram 1.927.992 imigrantes, principalmente da Itália. Entre 1904 e 1930, foi o período com maior volume de entrada de imigrantes, com um total de 2.142.781.



contrastados com a criação do grande centro de acolhimento para os cuidados em saúde dos migrantes que chegavam, como demonstram Reznik e Costa (2019), são fatos que demonstram que embranquecer para desenvolver foi um projeto de Estado efetivado marcado pela garantia de privilégios de um grupo e o descaso de outro.

No caso específico das favelas, sua expansão na malha urbana da então capital do país acabou por ganhar os debates provocados pela imprensa e encampados a posteriori pelo Estado. Estes espaços, sobretudo no século XX, foram alvo de uma série de ações visando a sua remoção e supressão definitiva.

A próxima seção apresentará como, nos anos 1940 a partir da ideia das favelas enquanto problema político, foram produzidos documentos que abordam essa forma de autoconstrução como local do atraso, e de como a questão racial foi enfatizada nestas produções.

### 3. FAVELA ENQUANTO ESPAÇO DE MORADIA OU OBSTÁCULO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS?

As favelas, sobretudo aquelas situadas no Rio de Janeiro, têm sido secularmente retratadas por diversas áreas do saber que vão desde as Ciências Sociais até o Jornalismo. As análises produzidas por estes campos historicamente influenciaram a construção de um discurso sobre estes espaços (Valladares, 2015), discursos estes, que acabavam por validar a elaboração de uma série de políticas públicas para a população que neles residem.

Sobretudo no período que compreende o surgimento da ideologia varguista<sup>6</sup>, uma série de ações voltadas para as favelas ganharam vulto. Todavia, isto não quer dizer que estes processos tiveram os moradores das favelas enquanto meros coadjuvantes. A literatura aponta para importantes ações de resistência, (Lima 1989; Gonçalves, 2013 e Pestana, 2017) que envolviam uma trama de negociações, confronto aberto, apelo ao legislativo e utilização de jornais como meio de denúncia

<sup>6</sup> Dentre as quais podemos destacar os chamados parques proletários, sendo uma tentativa de reassentar os favelados em locais próximos de suas moradias, estes parques seriam destruídos posteriormente quando as favelas fossem urbanizadas, a questão é que a urbanização não ocorreu, e os parques se transformaram em novas favelas. (AZEVEDO e ANDRADE, 1982; GONÇALVES, 2013; ROODRIGUES, 2022)



das arbitrariedades que tinham os moradores como vítimas, neste caso, a organização dos favelados também é elemento que merece destaque.

Neste item, nos interessa apreciar documentos importantes sobre as favelas produzidos entre 1947 e 1949, mais precisamente o censo de favelas<sup>7</sup> e o plano de erradicação das favelas proposto pela Prefeitura do então Distrito Federal. O contexto da época aponta para dois aspectos importantes: a extinção do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a batalha pelo Rio de Janeiro liderada pelo jornalista Carlos Lacerda, estes elementos, o primeiro de caráter nacional e o segundo de caráter local, influenciaram diretamente na ofensiva do Estado junto aos favelados.

No que diz respeito ao PCB, sua atuação no período democrático angariou muitos simpatizantes e filiados junto às favelas. O partido estabeleceu uma estratégia junto aos subúrbios e favelas que incluía a construção de comitês e subcomitês em locais de moradia e trabalho do proletariado, ali eram discutidas estratégias de reivindicação que tinham como viés os problemas cotidianos dos trabalhadores, no caso específico das favelas, isto incluía a regularização dos terrenos em que residiam os favelados e as reivindicações por melhorias nestes locais, este entrelaçamento entre o Partido e os moradores das favelas tornou-se uma das preocupações centrais do governo Dutra e sua extinção não tardaria a acontecer, ocorrendo em 1947.

Pelo viés da direita, o jornalista Carlos Lacerda utilizava o espaço que tinha no jornal O Correio da Manhã, para manifestar a sua preocupação com as favelas. Segundo Lacerda, através de uma série de artigos cujo título era A Batalha pelo Rio de Janeiro, o poder público deveria se empenhar em trazer uma solução definitiva para as favelas, isto significaria melhorar as condições de vida dos favelados para que estes pudessem a posteriori, deixar esses locais. É o que aponta o artigo publicado em 09 de maio de 1948:

Melhorar uma favela não é contribuir para mantê-la, desde que melhorá-la signifique dar aos seus habitantes melhor oportunidade e possibilidade de comer melhor, de educar-se, de ter mais saúde etc., dando-lhe forças para sair da favela. Trata-se de uma obra de recuperação de valores humanos, de reabilitação não só dos favelados como de todos os brasileiros que deixaram a situação de seus compatriotas chegar a esse ponto.

<sup>7</sup> Produzido entre 1947 e 1948, mas publicado em 1949

Segundo Oliveira (2021), esta campanha acabou por criar um tropos retórico na opinião pública que seria utilizado para legitimar uma série de intervenções nas favelas, neste sentido a próxima seção trará uma análise de dois documentos importantes: o plano de erradicação de favelas e o censo de favelas de 1949.

#### 4. A FAVELA ENQUANTO OBJETO DE EXPURGO: O PLANO DE ERRADICAÇÃO E O CENSO DE 1949

Na antiga capital da república, as questões locais e nacionais se mesclavam de maneira constante, sendo esta inclusive uma característica da cidade do Rio de Janeiro até os dias atuais, tal peculiaridade tem um peso importante e merece destaque quando o assunto são as favelas cariocas. A gestão de Mendes de Moraes à frente da Prefeitura do Distrito Federal (1947-1951), tinha como objetivo restaurar a ordem na cidade (Gonçalves, 2013; Oliveira, 2021) e isto incluía as favelas. É durante a sua gestão, mais precisamente em 1947, que é estabelecida uma comissão cujo objetivo era tratar do “problema” das favelas<sup>8</sup>, deriva dos trabalhos desta comissão um plano visando sua erradicação definitiva.

Segundo este plano uma série de ações junto aos favelados deveriam ser executadas, dentre as quais podemos destacar: 1 - A interdição absoluta das favelas; 2 - O encaminhamento dos favelados para órgãos como Ministério do Trabalho, Polícia Civil, asilos e hospitais, 3 - Destruição dos casebres; 4- “Devolução” dos favelados aos seus Estados de origem e a Polícia Civil<sup>9</sup>. Cada ação teria relação direta com os públicos-alvo encontrados nas favelas como trabalhadores, prostitutas, estrangeiros, idosos e trabalhadores oriundos do campo, segundo Oliveira (2021) havia neste documento uma noção de “expurgo” e “depuração” que carregava consigo um viés higienista e racista, sendo assumido como discurso junto às favelas.

O tom racista e classista destas produções nos chama a atenção, sobretudo por se tratar de uma nítida política de Estado. A tentativa de redefinição da imagem do país e a construção da figura do trabalhador, caras ao regime Vargas, cuja centralidade residia em uma ideia calcada na figura do homem branco e europeu, deixava de fora um expressivo contingente populacional, fato que traria

<sup>8</sup> Sobre a favela como “problema” ver Burgos (1999,2017).

<sup>9</sup> DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (1948, p. 4824)

tensionamentos importantes e que seriam expressos na até então principal cidade da federação

Segundo Pestana (2017), estes documentos, apesar de produzidos nos anos 1940, traziam consigo um veio intelectual anterior ao próprio surgimento das favelas na cidade, apoiado nos escritos de Schwarcz (1993), o autor sinaliza que a inspiração para tais produções têm influência na escola da “teoria das raças” que teve seu período áureo entre 1870-1930. Desta forma:

Diante deste cenário na Primeira República, as referências à África e à negritude foram constantes nos discursos de jornalistas, literatos e sanitaristas, dentre outros sobre as favelas. Quase sempre, tais reflexões associavam aqueles elementos a ausência de civilidade, anomia social, incapacidade para o trabalho e outros traços pejorativos (PESTANA, 2017, p.166).

Os autores Mario Brum e Aluam Gomes, em artigo publicado em 2022, também salientam que mesmo na década de 1940, ainda era muito forte no imaginário social representações baseadas no ideal de eugenia sobre os locais habitados por negros, neste caso cortiços e favelas, logo, estas formas de habitar e ocupar o espaço urbano seriam o lócus da vagabundagem, além da descrição constante do perigo e da sujeira.

Neste caso, a preocupação com as favelas e os favelados seguiam à risca estas reflexões, a Prefeitura do Distrito Federal chega a produzir, além do plano de erradicação mencionado e analisado acima, uma comissão de favelas, promulgada em novembro de 1947, cujo objetivo era erradicá-las definitivamente.

É justamente a partir destas concepções e dos trabalhos produzidos pela comissão de favelas que um censo específico é produzido entre o final de 1947 e início de 1948, sendo publicado no ano de 1949. Não é possível ao certo, definir qual foi a metodologia aplicada nos termos quantitativos do documento<sup>10</sup>, mas nos interessa particularmente compreender como a questão racial era definida como central para o subdesenvolvimento destas localidades, vistas sempre como precárias e atrasadas.

O documento aponta para a predominância de pardos e pretos habitando as favelas, 35,88% e 35,07%, respectivamente. O censo em sua página 8 assinala que

<sup>10</sup> Foram identificadas a partir do Censo, 105 favelas com população estimada em 138.837 habitantes

não é surpreendente que pardos e pretos predominem nas favelas, e define que: “Hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição, e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem em quase todos os nossos núcleos urbanos os maiores contingentes para as baixas camadas da população.”

O documento prossegue, em sua página 11, com uma série de considerações no sentido de deslegitimar os modos de vida e a cultura da população negra residentes nas favelas, o trecho abaixo apresenta a seguinte sentença:

O preto, por exemplo, via de regra, não soube ou não pode aproveitar a liberdade adquirida e a melhoria econômica que proporcionou o novo ambiente para conquistar bens de consumo capazes de lhe garantirem um nível decente de vida. Renasceu-lhe a preguiça atávica, retornou a estagnação que estiola, fundamentalmente distinta do repouso que vigora, o então e como ele todos os indivíduos de necessidades primitivas, sem amor próprio, sem respeito à própria dignidade priva-se do essencial à manutenção de um nível de vida decente, mas investe somas relativamente elevadas em indumentária exótica, na gafeira e nos cordões carnavalescos, gastando, tudo, enfim, que lhe sobra da satisfação das estritas necessidades de uma vida no limiar da indigência. (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1949, p.11)

Mais impressionante ainda é constatar que como documento oficial e que, portanto, expressava as posições do Estado, o censo de favelas de 1949 apontava para a liberdade enquanto concessão junto a população negra, não havendo consideração alguma sobre os elementos que contribuíram para o fim da escravidão, dentre eles o próprio processo de luta e resistência por parte desta população. A literatura mostra, entretanto, que tanto no período da escravidão quanto no período pós-abolição, movimentos importantes foram impetrados no sentido de defesa dos interesses da população negra, o trabalho de Panta (2020) cita exemplos de como a denúncia a discriminação racial ganha corpo entre os anos 1930-1960, neste caso iniciativas importantes como os clubes negros, a imprensa negra, a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro são exemplos decisivos de luta por direitos e reconhecimento.

Além da concepção extremamente racista, o trecho do censo apresenta a população negra que vivia nas favelas a partir de uma análise homogênea, desconsiderando as particularidades dos diferentes espaços que habitavam, suas formas de organização e práticas associativas. O documento também trata com

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



desdém elementos culturais, que foram, e continuam sendo vitais para a formação brasileira, apresentando-os inclusive como símbolo do atraso.

Portanto, as favelas e a população nela residente seriam compreendidas como algo que estaria à margem dos demais processos econômicos e culturais da cidade, não havendo segundo o pensamento hegemônico da época, qualquer possibilidade de interseção entre as favelas e os bairros de seu entorno, ademais, os documentos analisados trazem os favelados, e a população negra que nelas residiam, como mero objeto das pesquisas e das possibilidades de ação pensadas e gestadas no âmbito do Estado.

## 5. CONCLUSÃO

Como pudemos observar, favela e migração dialogam a partir de pontos convergentes no que diz respeito ao processo de construção da nação, em determinado momento da história do Brasil. Essas categorias conceituais remetem às construções políticas e ideológicas que constituíram as relações do país.

A autora Gabriela Leandro em artigo publicado em 2019, e que trata da relação entre Direito à cidade e as questões raciais, reflete que no Brasil a arquitetura, o urbanismo e o planejamento urbano foram e ainda são peças fundamentais para a manutenção das opressões nas cidades. Para a autora, o racismo enquanto tecnologia que opera o mecanismo de morte, continua a produzir a des-humanização de determinados sujeitos, corroborando com a desclassificação de sua propriedade no fazer cidade.

Os movimentos de expurgo mantendo “fora” aquela/aquele que é lida/lido como ameaça caracterizam projetos societários específicos de correlações de poder e lugares. A limpeza eugenista enquanto projeto promovido pelo Estado, demonstra a condição sobre a qual almejava-se a edificação dos pilares da nação brasileira, cujas marcas podem ser observadas ainda hoje, seja através das incursões nas favelas, da precarização e/ou da inexistência de serviços públicos nos territórios.

Também procuramos demonstrar como os aspectos extremamente racistas expostos nos documentos produzidos na década de 1940 ainda guardavam relação

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

direta com práticas eugenistas, e de como isso influenciou na abordagem junto aos favelados, sobretudo os negros, sendo vistos como “preguiçosos”, “indolentes” e incapazes de aproveitar os novos ventos de “liberdade” que o país trazia consigo no contexto pós- abolição.

Por outro lado, o incentivo à migração europeia demonstra o quanto o Estado brasileiro ocupou-se com a efetivação de seu projeto de apagamento das pessoas negras, através da inclusão de pessoas advindas do continente europeu para o Brasil. O abandono e o incentivo, caminharam em vias opostas para os públicos aqui tratados, delineando as raízes contraditórias e violentas do país.

Por fim, mesmo no século XXI julgamos que estes ideais não estão absolutamente ultrapassados. Como ecos de um passado, os discursos racistas baseados inclusive em premissas pseudocientíficas insistem em vir à tona.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luis A. Gama; AZEVEDO, Sergio. Habitação e poder: da Fundação Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982

COSTA, Sérgio. Dois Atlânticos: Teoria social, anti-racismo, cosmopolismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA; Jailson Souza; SIMÃO, Mario Pires. A favela reinventa a cidade. Rio de Janeiro, Mórulas: Eduniperferias, 2020.

BRUM, Mário Sérgio; GOMES, Aluan. Favela e a questão étnico-racial: a gênese do apartheid brasileiro. In: Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas. AMOROSO, Mauro; BRUM, Mario Sérgio; GONÇALVES, Rafael (orgs.). Rio de Janeiro: Ed-PUC-Rio: Pallas, 2022.

BURGOS, Marcelo Bauman. Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: Um século de favela. ALVITO, Marcos.; ZALUAR, A.Iba (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999

BURGOS, Marcelo Bauman. Favela como problema público. In: O espaço e a metropolização: cotidiano e ação. FERREIRA, Álvaro; RUA, João.; MATTOS, Regina. Célia. de (org.). Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017

PROMOÇÃO



APOIO



FLORENTINO, Manolo. The slave trade, colonial markets and slave families in Rio de Janeiro, Brazil, ca. 1790-ca. 1830. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David (Eds.). *Extending frontiers: essays on the new transatlantic slave trade database*. New Haven: Yale University Press, 2008. p. 275-312.

GONÇALVES, Rafael Soares. Da política da “contenção” à remoção: aspectos jurídicos das favelas cariocas. In: *Favelas cariocas: ontem e hoje*. (org.) Mello, Marco Antônio da Silva [et al.]. Rio de Janeiro: Grammond, 2012.

GONÇALVES. Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Palas: EdPUC, 2013.

GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. *Estudos Avançados*. 18(50), 2004.

LEANDRO, Gabriela (Gaia). *Direito à cidade e Questões raciais*. COLETIVA (Dossiê 24), *Direito à cidade*, 2019.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 8, 1974. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101974000500003&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101974000500003&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento dos favelados do Rio de Janeiro: políticas de Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Rio de Janeiro. 1989. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política). IUPERJ, 1989.

MOURA, C. Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. *Revista Afro Ásia*, Salvador, n. 14, 1984. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1448/showToc> Acesso em: 10 jun. 2021.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. As retóricas da “marginalidade social”: espaço urbano, práticas estatais e políticas nas favelas (1947-1961). In: *Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas*. AMOROSO, Mauro; BRUM, Mario Sérgio; GONÇALVES, Rafael (orgs.). Rio de Janeiro: Ed-PUC-Rio: Pallas, 2021.

PANTA, Mariana. *População negra e o direito à cidade: interfaces sobre raça e espaço urbano no Brasil*. Acervo, V.33, n.1, 2019

## PROMOÇÃO



## APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



PESTANA, Marcos Marques. O racismo como ferramenta de deslegitimação da ação coletiva subalterna: os debates sobre remoções de favela no Rio de Janeiro. (1945-1962). In: Subalternos em movimento: mobilização e enfrentamento à dominação no Brasil. PESTANA, Marcos Marques; COSTA, Rafael Maul de Carvalho; OLIVEIRA, Thiago Bernardon (orgs.). Consequência editora: Rio de Janeiro, 2017

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Problema das favelas do Distrito Federal. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1948.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Censo das favelas. Aspectos gerais. Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

REZNIK, Luís; COSTA, Juliana C. O. Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 15-32, mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/NnpT839mjngqKjj5cq9MLTD/?lang=pt>. Acesso em: 24, mai, 2023.

RODRIGUES, Rute Imanishi. Entre o estatal e o filantrópico: reconstruindo a história das favelas e dos parques proletários do Rio de Janeiro. In: Risco Revista de Arquitetura e Urbanismo (online), 18, 1-16, DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v18i0p1-16. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/142538>. Acesso em: 11 jun. 2023.

VALLADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

VIANA, F. O., 1923. Evolução do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

The Transatlantic Slave Trade Database, Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/voyage/database>. Acesso em: 22/06/2023.

PROMOÇÃO



APOIO

